

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA FAVORECER A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES TO SUPPORT THE LEARNING OF STUDENTS TARGETED BY SPECIAL EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO PROMOTING EQUITY IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS

SAMUEL GOMES DA SILVA

samueltgomesrv5@gmail.com

Resumo: A educação inclusiva fundamenta-se na garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento de todos os estudantes no ambiente escolar. Nesse contexto, as práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para atender às especificidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial e promover condições mais equitativas de escolarização. Este artigo tem como objetivo discutir estratégias pedagógicas inclusivas utilizadas no ensino regular, destacando o papel da formação docente, do planejamento flexível, dos recursos acessíveis e da colaboração entre os profissionais da educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, documentos normativos e materiais institucionais relacionados à educação inclusiva. A discussão evidencia que metodologias diversificadas, adaptações pedagógicas, tecnologias assistivas, avaliação flexível e articulação com o Atendimento Educacional Especializado podem ampliar a participação e a aprendizagem dos estudantes. Conclui-se que a inclusão escolar não se efetiva apenas com a matrícula, mas depende de ações planejadas, formação continuada, trabalho colaborativo e políticas públicas que assegurem acessibilidade e condições adequadas de ensino.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Equidade. Formação docente. Aprendizagem. Atendimento Educacional Especializado.

Abstract: Inclusive education is based on guaranteeing the right to learning, participation, and development for all students in the school environment. In this context, inclusive pedagogical practices are essential to address the specific needs of students who are the target audience of Special Education and to promote more equitable schooling conditions. This article aims to discuss inclusive pedagogical strategies used in regular education, highlighting the role of teacher education, flexible planning, accessible resources, and collaboration among education professionals. This is a qualitative bibliographic study based on the analysis of books, scientific articles, normative documents, and institutional materials related to inclusive education. The discussion shows that diversified methodologies, pedagogical adaptations, assistive technologies, flexible assessment, and coordination with Specialized Educational Assistance can expand students' participation and learning. It is concluded that school inclusion is not achieved through enrollment alone; it depends on planned actions, continuing teacher education, collaborative work, and public policies that ensure accessibility and adequate teaching conditions.

Keywords: Inclusive education. Equity. Teacher education. Learning. Specialized Educational Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem ocupando espaço crescente nas instituições de ensino regular no Brasil, o que exige da escola uma atuação comprometida com o direito de todos à educação. A instituição escolar não deve ser compreendida apenas como local de matrícula, mas como ambiente de acolhimento, participação, aprendizagem e desenvolvimento. Assim, garantir o acesso à educação implica também assegurar condições para que os estudantes permaneçam na escola, participem das atividades e aprendam de acordo com suas possibilidades e necessidades. Entre os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), encontram-se aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A Declaração de Salamanca defende

que as escolas regulares acolham todas as crianças e organizem respostas pedagógicas capazes de atender à diversidade, combatendo práticas discriminatórias e formas de exclusão (UNESCO, 1994). No ordenamento jurídico brasileiro, o direito à educação é assegurado pela Constituição Federal, que reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece, ainda, o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, com garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015). Portanto, a inclusão escolar não se resume à inserção física do estudante na sala de aula; envolve a remoção de barreiras e a construção de práticas pedagógicas que favoreçam sua autonomia e seu desenvolvimento. Nesse processo, o professor exerce papel relevante como mediador da aprendizagem. Para Vygotsky

(1998), o desenvolvimento humano é constituído nas relações sociais e nas experiências mediadas culturalmente. Essa perspectiva reforça a importância de o docente criar situações de ensino que ampliem as possibilidades de participação dos estudantes, respeitando suas singularidades e valorizando suas potencialidades. Para isso, são necessários planejamento flexível, recursos acessíveis, estratégias diversificadas e avaliação coerente com os objetivos de aprendizagem. Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é discutir a importância das práticas pedagógicas inclusivas para favorecer a aprendizagem e a participação dos estudantes PAEE, destacando estratégias docentes que contribuam para a equidade no ambiente escolar. Busca-se também refletir sobre a formação continuada, o planejamento pedagógico, a utilização de metodologias diversificadas e a articulação entre o professor da classe comum, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a gestão escolar e a família.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação inclusiva e o direito à educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial

A educação inclusiva consolidou-se como princípio internacional a partir de movimentos que defenderam o direito de todas as pessoas à escolarização, entre eles a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, em 1994. A Declaração de Salamanca orienta que os sistemas de ensino acolham as crianças e os jovens em suas escolas, reconhecendo a diversidade como característica própria dos espaços educativos e estimulando a superação de práticas segregadoras (UNESCO, 1994). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e deve ser promovida com a colaboração da sociedade (BRASIL, 1988). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta a garantia de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes PAEE nas escolas regulares, além da oferta de serviços e recursos que eliminem barreiras educacionais (BRASIL, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão reforça essa garantia ao determinar que a educação da pessoa com deficiência seja assegurada em sistema educacional inclusivo, com condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015). Dessa maneira, a inclusão exige mais do que a presença do

estudante na escola: pressupõe mudanças na organização institucional, no currículo, nas metodologias, na avaliação e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar. Mantoan (2003; 2015) argumenta que a inclusão requer a transformação da escola para que ela reconheça as diferenças e responda às necessidades de todos os estudantes. Nessa perspectiva, a diversidade não deve ser tratada como problema a ser corrigido, mas como elemento constitutivo do processo educativo. A efetivação desse princípio depende do compromisso compartilhado entre professores, gestores, profissionais de apoio, famílias e órgãos responsáveis pela formulação e execução das políticas educacionais.

2.2 O papel do professor na construção de práticas pedagógicas inclusivas

O professor participa diretamente da organização das experiências de aprendizagem e pode transformar a sala de aula em um espaço de participação, diálogo e desenvolvimento. Sua função não se limita à transmissão de conteúdos; envolve a criação de condições para que todos os estudantes tenham acesso ao currículo, expressem seus conhecimentos e desenvolvam suas capacidades. Por esse motivo, é necessário observar as potencialidades de cada estudante, evitando que as dificuldades sejam utilizadas como único parâmetro para orientar o trabalho pedagógico. O planejamento flexível constitui um dos fundamentos da prática inclusiva. Ele permite ajustar objetivos, recursos, procedimentos e formas de avaliação às diferentes necessidades presentes na turma, sem reduzir as oportunidades de aprendizagem. A organização das atividades em etapas, o uso de diferentes linguagens, a oferta de recursos acessíveis e a possibilidade de demonstrar o conhecimento por meios variados são medidas que favorecem a participação dos estudantes. A colaboração entre os professores do ensino regular e os profissionais da Educação Especial também é indispensável. Silva, Lopes e Quadros (2024) destacam que as práticas inclusivas se fortalecem quando os conhecimentos das diferentes áreas são articulados ao planejamento e à atuação docente. Esse trabalho colaborativo contribui para que as orientações teóricas e normativas se convertam em ações concretas no cotidiano escolar. As mudanças sociais, culturais e tecnológicas ampliam a diversidade presente nas salas de aula e desafiam os profissionais a reverem suas práticas. Nesse contexto, a formação continuada deve ser compreendida como processo permanente, relacionado às

situações reais de trabalho e às necessidades identificadas pela própria comunidade escolar. Sobrosa et al. (2024) ressaltam que a formação continuada favorece a atualização dos conhecimentos profissionais e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. O Atendimento Educacional Especializado tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Para que essa finalidade seja alcançada, é importante que o professor do AEE e o docente da classe comum mantenham diálogo, compartilhem informações e planejem ações articuladas. A inclusão, portanto, não é responsabilidade exclusiva do professor, mas uma tarefa coletiva que envolve a gestão, a família e os demais profissionais da escola.

2.3 Estratégias pedagógicas para favorecer a aprendizagem e a participação

A efetivação da inclusão dos estudantes PAEE pressupõe um planejamento pedagógico que reconheça a variabilidade humana desde o início do processo de ensino. Em vez de elaborar uma atividade única e realizar adaptações somente quando surgem dificuldades, o professor pode prever diferentes formas de acesso aos conteúdos, de participação e de expressão da aprendizagem. Essa organização amplia as oportunidades de envolvimento e reduz barreiras que poderiam impedir a participação de parte da turma. Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) oferece princípios para a elaboração de propostas mais acessíveis. As Diretrizes do DUA 3.0 recomendam múltiplas formas de envolvimento, representação e ação e expressão, de modo que os estudantes possam aprender e demonstrar seus conhecimentos por diferentes caminhos (CAST, 2024). A adoção desses princípios não significa preparar atividades isoladas para cada estudante, mas planejar experiências flexíveis que contemplem a diversidade desde sua concepção. As tecnologias digitais e assistivas também podem ampliar as possibilidades de acesso ao currículo. Leitores de tela, recursos de ampliação, materiais em áudio, vídeos com legendas, pictogramas, teclados adaptados e ferramentas de Comunicação Aumentativa e Alternativa são exemplos de recursos que podem favorecer a autonomia e a interação. Entretanto, a tecnologia deve estar vinculada a objetivos pedagógicos claros e às necessidades concretas dos estudantes, pois sua simples disponibilização não garante aprendizagem nem

inclusão. Outra estratégia importante é a flexibilização dos procedimentos de ensino e de avaliação. A divisão das tarefas em etapas menores, o acompanhamento contínuo, o uso de diferentes instrumentos avaliativos e a oferta de feedbacks frequentes permitem que os estudantes demonstrem o que aprenderam por meio de textos, falas, imagens, produções práticas ou outros recursos. Essas medidas não significam diminuir as expectativas de aprendizagem, mas diversificar os caminhos para que os objetivos sejam alcançados. As atividades colaborativas e a aprendizagem entre pares favorecem a cooperação, o respeito às diferenças e o sentimento de pertencimento. Para que sejam inclusivas, precisam ser planejadas com divisão equilibrada de responsabilidades, mediação do professor e valorização da contribuição de cada participante. Assim, a prática pedagógica articula desenvolvimento acadêmico e convivência democrática. Por fim, metodologias diversificadas, recursos acessíveis e avaliação flexível precisam estar acompanhados de formação continuada, apoio da gestão e políticas públicas que garantam acessibilidade, materiais, profissionais e condições de trabalho. Como destacam Mantoan (2015) e Silva, Lopes e Quadros (2024), a inclusão depende da transformação das práticas e da cultura escolar, e não apenas da adoção pontual de recursos.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório. A investigação foi desenvolvida a partir do levantamento e da análise de livros, artigos científicos, documentos normativos e materiais institucionais relacionados às práticas pedagógicas inclusivas, à formação docente, ao Desenho Universal para a Aprendizagem e ao Atendimento Educacional Especializado. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, especialmente livros e artigos científicos. Neste artigo, as referências foram selecionadas por sua relação com o tema e organizadas em três eixos de discussão: o direito à educação inclusiva; o papel do professor e da formação continuada; e as estratégias pedagógicas voltadas à aprendizagem e à participação dos estudantes PAEE. A análise foi realizada de forma interpretativa, buscando aproximar os fundamentos legais e teóricos das possibilidades de atuação no cotidiano escolar. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve aplicação de questionários, entrevistas

ou observação direta de professores e estudantes. Assim, as considerações apresentadas expressam uma síntese teórica e não pretendem generalizar resultados para todas as instituições de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu a importância das práticas pedagógicas inclusivas para favorecer a aprendizagem e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, com vistas à promoção da equidade nas instituições de ensino. A análise realizada permitiu compreender que a inclusão escolar não se limita à matrícula ou à presença física do estudante, pois envolve a garantia de acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento. Verificou-se que o professor exerce papel central na organização de situações de ensino que contemplem a diversidade. O planejamento flexível, a utilização de metodologias diversificadas, a adaptação de recursos e a avaliação por diferentes meios podem ampliar as possibilidades de participação sem descaracterizar os objetivos educacionais. Nesse conjunto, os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, as tecnologias assistivas e a articulação com o AEE constituem importantes apoios para a prática pedagógica. Também se evidenciou que a inclusão não depende de ações isoladas. A formação continuada, o trabalho colaborativo entre os profissionais, a participação da família, o apoio da gestão e a implementação de políticas públicas são condições necessárias para que os direitos previstos nos documentos legais se concretizem no cotidiano escolar. Como limitação, destaca-se o caráter bibliográfico do estudo, que não permitiu observar diretamente a aplicação das estratégias em contextos escolares específicos. Pesquisas futuras podem realizar estudos de campo, ouvir professores, estudantes e famílias e analisar como as práticas inclusivas são planejadas, desenvolvidas e avaliadas em diferentes realidades educacionais. Conclui-se que as práticas pedagógicas inclusivas contribuem para a construção de uma escola democrática, acessível e comprometida com a equidade. Para que esse compromisso se efetive, é necessário reconhecer a diversidade como parte da experiência escolar e transformar continuamente as práticas, os recursos e as relações que sustentam o processo de ensino e aprendizagem.

5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CAST. UDL Guidelines 3.0. Wakefield, MA: CAST, 2024. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.
- MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SILVA, Isnary; LOPES, Betania Jacob Stange; QUADROS, Silvia. Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial. Revista Educação Especial, v. 37, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X74315>.
- SOBROSA, Maria Gabriela do Carmo et al. Formação continuada permanente dos professores: uma revisão bibliográfica. Revista Foco, v. 17, n. 3, e4543, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n3-009>.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394/PDF/139394por.pdf.multi>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.